

MODELOS DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: UM ESTUDO COMPARATIVO. Ana Paula Menoti Dyonisio, Sueli Guadalupe de Lima Mendonça. - Educação – Pedagogia – Departamento de Didática – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A Resolução da Secretaria Estadual – SE 89, de 09/12/2005, dispõe sobre o Projeto Escola em Tempo Integral, que dá as diretrizes e os objetivos do programa:

Fica instituído o Projeto Escola em Tempo Integral com o objetivo de prolongar a permanência dos alunos de ensino fundamental na escola pública estadual, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem, com o enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural. (SÃO PAULO, 2005).

Somente com a Resolução da Secretaria Estadual - SE 7, de 18/01/2006 — que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola em Tempo Integral em algumas instituições públicas de ensino fundamental no estado de São Paulo — que é regulamentado o programa, que tem como objetivo a complementação curricular nas diversas áreas do conhecimento.

Todavia, uma importante questão se manifesta: há o desenvolvimento integral do aluno, ou este apenas está cumprindo o horário integral, sem que a instituição ofereça a formação necessária para que haja a aprendizagem?

Paralelamente, há instituições comunitárias que, com o apoio da iniciativa privada, buscam suprir as carências da população na área da educação escolar, propondo atividades diversificadas no período contrário da escola regular.

Assim, também será objeto de nosso estudo uma instituição comunitária, localizada na cidade de Marília, interior do estado de São Paulo, que atende crianças e adolescentes (dos sete aos dezessete anos), em período extra-escolar. Esta instituição tem como principal objetivo o auxílio nas tarefas escolares e, como específico, as atividades esportivas, culturais, e a inserção do aluno no mercado de trabalho com programas de treinamento para os adolescentes. Mantém-se com doações vindas da Itália, conseguida pelos Padres que coordenam o centro comunitário, com o apoio de empresas da cidade e da Prefeitura Municipal.

Nas instituições comunitárias, a questão anterior também se coloca, isto é, se estão contribuindo para o desenvolvimento dos alunos ou se são apenas medidas paliativas que servem para o cuidado das crianças e adolescentes enquanto os pais trabalham. Em outras palavras, prevalece a concepção assistencialista ou a educativa na formação desses alunos? Essa situação acaba eximindo o Estado de suas obrigações com a educação. Assim, a comunidade acaba se organizando, juntamente com a iniciativa privada, e tomando para si tal obrigação, responsabilidade do Estado, que cada vez mais vai se distanciando das questões sociais, em especial as educacionais, inclusive no que se refere à efetivação do processo de ensino-aprendizagem e nas condições de trabalho docente.

[...] os efeitos concretos desses deslocamentos e ressignificações entre o público e o privado recaíram violentamente contra a educação pública que se encontra brutalmente degradada na maior parte do país e, em particular, afetando duramente as condições de dignidade do trabalho docente. (LEHER, 2005, p.2)

Como outro modelo de educação integral, temos a proposta anarquista, que visa à educação plena do aluno, ou seja, que este se desenvolva física e intelectualmente, com autonomia e liberdade, respeitando as outras pessoas de seu convívio, para que na idade adulta esteja apto para lutar contra o sistema capitalista, e não seja apenas mero reproduzidor da ordem vigente.

[...] se pretendemos formar pessoas capazes de decidir por si mesmas, capazes de sacudir a opressão e não voltar a cair nela, temos que educá-las desde pequenas, fomentar nelas o sentido crítico e a autonomia pessoal, assim como valores de solidariedade e liberdade. A luta contra a opressão e a exploração não se faz só nas fábricas e no campo, mas também na família e na escola, na qual os anarquistas,

com grande agudeza, vêem pilares muito sólidos do sistema capitalista, precisamente porque transmitem valores que vão favorecer a atuação do patrão e da polícia. (MORIYÓN, 1989, p.15-16).

Assim, analisamos a educação em tempo integral com o referencial teórico anarquista. Utilizaremos seu conceito de educação integral para fazermos uma comparação com o Programa do Governo Paulista e o trabalho da instituição comunitária como modalidades atuais de escola em tempo integral. Também serão feitas análises por meio dos documentos oficiais sobre a resolução da Secretaria Estadual e da instituição comunitária, assim como artigos da imprensa local.

Esta pesquisa está sendo realizada por meio de levantamento bibliográfico sobre: educação integral segundo os estudos anarquistas; documentos oficiais sobre a Escola em Tempo Integral no estado de São Paulo; legislação educacional; bem como pesquisa documental da instituição comunitária citada.

A pesquisa, até o momento, aponta que tanto a Escola em Tempo Integral no estado de São Paulo, como as ações de instituições comunitárias — que buscam suprir as carências de uma educação integral — não estão atendendo a formação integral do aluno. Elas se apresentam mais como medidas paliativas do governo, sob a alegação da diminuição da criminalidade e do cuidado com crianças e adolescentes carentes, do que um reforço efetivo na aprendizagem desses alunos. Nessa direção, essas políticas contribuem para a manutenção da ordem do capital, posto que as necessidades da sociedade capitalista são de pessoas com pouca especialização e capazes de seguir ordens e, especialmente, a existência de um exército industrial de reserva.

Para os anarquistas, a educação integral pauta-se no desenvolvimento harmônico de todas as faculdades físicas e intelectuais da criança, para que desde pequena seja fomentada na sua formação os ideais de liberdade, solidariedade e autonomia.

A educação integral nada tem a ver com uma espécie de acumulação ingente de conhecimento sobre um amontoado de coisas; refere-se antes a consecução de um desenvolvimento harmônico de todas as faculdades da criança, de sua inteligência, mas também de sua saúde, de seu vigor físico, de sua bondade. (MORIYÓN; 1989, p.21).

Complementando a concepção anarquista, Bakunin afirma que “O ensino integral, ao lado do ensino científico ou teórico, deve compreender necessariamente o ensino industrial ou prático. Somente assim é que se formará o homem completo: o trabalhador que compreende e que sabe”.(BAKUNIN apud MORIYÓN, 1989, p.44).

Sendo assim, a visão anarquista de educação integral apresenta-se como a mais adequada para, de fato, se ter à formação integral do aluno, já que não basta apenas abranger o horário integral, tem que haver o desenvolvimento da liberdade, das faculdades físicas e intelectuais do educando, socializando as ferramentas sócio-culturais capazes de lhe proporcionar uma leitura e intervenção críticas junto à sociedade capitalista.

O Programa do governo restringe-se à complementação curricular, através de auxílio, nem sempre bem sucedido, nas tarefas escolares, tendo como meta básica à inserção do jovem aluno no mercado de trabalho. Logo, o espaço destinado à formação se torna um local de treinamento disciplinar e suposta capacitação profissional desses alunos carentes, candidatos sem chances reais de se efetivarem como trabalhadores na sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas:

LEHER, Roberto. O público como expressão das lutas sociais: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública. *Outro Brasil*. Rio de Janeiro: 17 out. 2005. Disponível em: <http://www.lpp_uerj.net/outrobrasil/Docs/1512200515388_Analise_Leher_out_05.doc>. Acesso em: 04 mai. 2006.

MORIYÓN, Félix Garcia (org). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 89, de 11 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Projeto Escola em Tempo Integral. Secretaria da Educação. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/89_05.HTM>. Acesso em : 08 mai.2006.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE 7, de 18 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola em Tempo Integral. Secretaria da Educação. Disponível em: < <http://siau.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em : 08 mai.2006.